

OBRAS PÚBLICAS no ESTADO NOVO

6 e 7 de Novembro de 2018

Anfiteatro II da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



OBRAS PÚBLICAS no ESTADO NOVO

6 e 7 de Novembro de 2018

Anfiteatro II da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

RESUMOS E NOTAS BIOGRÁFICAS

Comissão Científica

Luís Miguel Correia (DARQ-FCTUC/CEIS2o-UC)

Joana Brites (FLUC/CEIS2o-UC)

Organização



Apoios



FCT: UID/HIS/00460/2013

Programa

6 de Novembro de 2018

- 09h00 *Abertura*
- 09h30 *Rooted modernism: the ethos of public works in the 'fascist era'*, Roger Griffin
- 10h30 *Pausa*
- 11h00 *Arquitectura das obras públicas como um instrumento do Governo*, Ana Tostões
- 11h30 *O Ministério das Obras Públicas de Duarte Pacheco*, Sandra Vaz Costa
- 12h00 *Ser arquitecto num tempo [1930-1950] e num lugar [Portugal]*, Ana Isabel Ribeiro
- 12h30 *Debate com moderação de Luís Reis Torgal*
- 13h00 *Pausa*
- 14h30 *Obras públicas e 'melhoramentos' locais: entre Lisboa e o País (real)*, Ricardo Agarez
- 15h00 *A ordem identitária das obras públicas*, Nuno Rosmaninho
- 15h30 *Mobiliário e obras públicas*, João Paulo Martins e Sofia Diniz
- 16h00 *Monumentos Nacionais: a construção de um legado*, Luís Miguel Correia
- 16h30 *Debate com moderação de Sergio Fernandez*
- 17h00 *Pausa*
- 17h30 *O Livro de Ouro da Exposição 15 Anos de Obras Públicas: arquitectura e propaganda*, Margarida Acciaiuoli
- 18h00 *Exibição do documentário Quinze Anos de Obras Públicas*

7 de Novembro de 2018

- 09h30 *A poética da austeridade*, Fátima Fernandes
- 10h00 *Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto do Planos Gerais de Urbanização*, José Cabral Dias
- 10h30 *Obras públicas: a rede de equipamentos escolares do Estado Novo*, Gonçalo Canto Moniz e António Rochette Cordeiro
- 11h00 *Pausa*
- 11h30 *Política e arquitetura habitacional: um mapa da intervenção do Estado na habitação*, Rui Ramos, Eliseu Gonçalves e Sérgio Dias Silva
- 12h00 *Do caixote à Caixa: filiais e agências do banco do Estado (1929-1970)*, Joana Brites
- 12h30 *Debate com moderação de Alexandre Alves Costa*
- 13h00 *Pausa*
- 14h30 *Casa da Justiça, Domus Iustitiae, arquitetura judiciária e ideologia no período do Estado Novo*, António Manuel Nunes
- 15h00 *A programação e a arquitectura hospitalar pública no Estado Novo*, Helena Gonçalves Pinto
- 15h30 *Função, forma e fantasia: o Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952*, Carlos Bártolo
- 16h00 *Pausa*
- 16h30 *Cultura e lazer: o "tempo livre" no Estado Novo*, Susana Lobo e Susana Constantino
- 17h00 *"Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa": a participação do Estado na produção de arquitectura religiosa 1940-1970*, João Luís Marques e João Alves da Cunha
- 17h30 *Obras públicas e infraestruturação do território colonial português*, Ana Vaz Milheiro
- 18h00 *Debate com moderação de José António Bandeirinha*
- 18h30 *Encerramento*



Considerando os 70 anos volvidos da importante *Exposição Quinze Anos de Obras Públicas (1948)*, pretende-se com este colóquio realizar um balanço, necessariamente crítico, das muitas e multifacetadas obras públicas promovidas pelo Estado Novo, focando o seu papel na afirmação do próprio regime, os seus protagonistas e o seu legado construído. Assim, em dois dias, juntam-se alguns dos especialistas nacionais mais reconhecidos, bem como uma nova geração de investigadores que através dos seus recentes trabalhos tem produzido uma renovada leitura sobre a obra do regime, com especial enfoque na sua arquitectura. A conferência de abertura, a proferir pelo historiador Roger Griffin, permitirá situar internacionalmente a problemática das campanhas de obras públicas no quadro dos regimes fascistas e do modernismo.

Oradores

Roger Griffin

Roger Griffin is Professor in Modern History at Oxford Brookes University (UK), having obtained a BA (First) from Oxford University in Modern Languages (French and German) in 1970 and his DPhil from Oxford University in 1990. Since then he published over 100 publications on a wide range of phenomena relating to generic fascism and related forms of extremism, including the two monographs *The Nature of Fascism* (Pinter, 1991), *Modernism and Fascism. The Sense of a Beginning under Mussolini and Hitler* (Palgrave, 2007), which explores the fascist goal of creating a revolutionary new society and culture, and the collection of essays *A Fascist Century* (Palgrave, 2008). He also edited the anthologies of primary and secondary sources relating to fascism: *Fascism* (OUP, 1995), *International Fascism. Theories, Causes and the New Consensus* (Arnold, 1998); and the 5 volumes of *Critical Concepts in Political Science: Fascism* (Routledge, 2003). In April 2018 he published the textbook *Fascism: An Introduction to Comparative Fascist Studies* (Polity). In May 2011 he was awarded the degree of Doctor Honoris Causa by the University of Leuven in recognition of his contribution to the international understanding of fascism, political religion, and racist extremism as responses to a secularizing modernity. His latest book is *Terrorist's Creed. Fanatical Violence and the Human Need for Meaning* (Palgrave, 2012). He is now working on a number of projects relating to counter-radicalization and the human capacity to develop idealistic avatars of themselves, both destructive and life-assertive. His latest book project, *Double Trouble: How Alter Egos Alter History*, is on the irreducible plurality of the self and the importance played by avatars, both destructive and constructive, in human society and modern history. He has a particular interest in the ambivalent role played by all religions in developing such heroic alter egos, which confers on religion a unique produce good or evil in the name of a higher power. Meanwhile, his introduction to comparative fascist studies, *Fascism for Polity* Press was published in April and finally supplants *The Nature of Fascism*.

Rooted modernism: the ethos of public works in the 'fascist era'

In this talk Roger Griffin will explore the way both the two fascist regimes and a number of right-wing dictatorships that wanted to be associated with them in the inter-war period pursued a blend of modernity with a mythicized tradition in order to solve the alleged cultural crisis posed by what was perceived as liberal democratic 'anarchy' and the Bolsheviks' war on tradition. He will argue that once Nazi and Fascist architectural projects and town planning are revisited in the light of this concept and its links with the national rebirth myth

at the heart of the fascist project, an elective affinity with public works in Salazar's Portugal can be recognized as and the eclectic aesthetic and formal experiments that resulted can be approached as an attempt to create an alternative modernity to both liberal anarchy and avant-garde and constructivist experimentalism, thus projecting 'eternal values' into the future of the nation.

Ana Tostões

Arquitecta (ESBAL,1982) e historiadora de arquitectura (UNL,1995), professora catedrática no IST-UL onde é coordenadora do Doutoramento em Arquitectura, é desde 2010 presidente do docomomo Internacional (documentação e conservação do património moderno no mundo). Editora do *docomomo Journal*, durante o seu mandato o Docomomo passou de uma organização europeia para atingir uma dimensão global coordenando 74 países nos cinco continentes (www.docomomo.com). O seu campo de pesquisa é a história da arquitectura e do urbanismo do século XX. Sobre estes temas publicou livros e artigos científicos, foi curadora de exposições e participou em júris, comités científicos e palestras em Universidades Europeias, Americanas e Asiáticas. Foi professora convidada na University of Tokyo, École Polytechnique Fédérale de Lausanne, University of Texas at Austin School of Architecture, Rice School of Architecture de Houston, Escuela Técnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Escuela Técnica Superior de Arquitectura da Universidad de Navarra (Pamplona). Depois do volume *Verdes na Arquitectura Portuguesa* (ed. FAUP, 1997), distinguem-se as publicações *Arquitectura Moderna em África: Angola e Moçambique* (prémio Gulbenkian da Academia Portuguesa de História 2014) e *Idade Maior, cultura e tecnologia na arquitectura moderna portuguesa* (FAUP, 2015) galardoada com o Prémio da X Bienal Ibero-Americana de Arquitectura y Urbanismo 2016. Em 1994 recebeu em co-autoria o Prémio Municipal Júlio de Castilho de Olisipografia. É investigadora responsável do projecto Cure and Care, the rehabilitation (PTDC/ATPAQI/ 2577/2014) focado no estudo dos equipamentos hospitalares do século XX em Portugal. Foi membro do Conselho Consultivo do IPPAR, Vice-presidente da Ordem dos Arquitectos e da Secção Portuguesa da AICA. Em 2006 foi agraciada pelo Presidente da República com o grau de comendador da Ordem do Infante Dom Henrique pelo seu trabalho de investigação e divulgação da arquitectura.

Arquitectura das obras públicas como um instrumento do Governo

A história das obras públicas do Estado Novo e as questões que alimentam a relação entre poder e arquitectura são fixadas a partir de uma interpretação focada na arquitectura. A questão da monumentalidade e da imagem de regime são o fio

condutor desta reflexão sobre a busca do monumento convocado nas diversas vertentes: retórico clássico, pastoral regional, moderno radical. Será dado destaque à obra de Porfírio Pardal Monteiro o arquitecto que mais construiu a obra pública do Estado Novo e que se celebrou como um dos primeiros modernos na primeira metade do século XX. Sem concessões, foi capaz de pegar no fio da tradição para inovar. Nesta leitura o regime do Estado Novo é discutido na sua complexidade a partir da relação estreita criada entre imagem e poder. Defende-se que este processo segue um programa nem sempre linear que se vai adaptando às circunstâncias que se sucedem entre 1926 e 1974 num mundo em mutação global. Estas mudanças são acompanhadas por alterações de estratégia que se reflectem na imagem das obras públicas no período considerado. São analisadas as permanências, as mudanças e os grandes ciclos de 48 anos de regime. Argumenta-se que a adaptação do regime do Estado Novo às circunstâncias internacionais e nacionais, permite estabelecer um faseamento cronológico capaz de clarificar o processo de afirmação de linguagens, formas e imagens no tempo. Considera-se que à primeira fase de uma afirmação modernista, se segue um ciclo retórico e duro assente na ideia da procura de uma monumentalidade clássica, que darão lugar no pós-guerra a um período de liberalização e democratização da imagem do poder através de uma permeabilidade crescente aos valores de um *International Style*, como foi cunhado entre a exposição do MoMA (1932) e o edifício sede da ONU em Nova Iorque. Estas fases são analisadas entre a metrópole e as colónias tomando como diapasão dois tipos de programas de Obras Públicas – equipamentos educativos e hospitalares – considerados chave para a formação dos vectores ideológicos e das estratégias de acção vigentes. Apostado em discutir historiograficamente a cultura arquitectónica em Portugal no século XX, este ensaio procura compreender a política cultural “*pluriforme*” do Estado Novo.

Sandra Vaz Costa

Doutorada em História pela Faculdade de Letras da Universidade Lisboa na especialidade de Arte, Património e Teorias de Restauro (2009). Mestre em História da Arte Contemporânea pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (1998) e Licenciada em História-variante de História da Arte pela Faculdade de Letras de Lisboa (1992). É investigadora integrada do ARTIS-FLUL – Instituto de História da Arte da mesma Faculdade. Técnica superior da Direção-Geral do Património Cultural. Autora e co-autora de livros, capítulos e artigos científicos no âmbito da História da Arte, da Arquitectura, das Cidades e Instituições. Desenvolve investigação no âmbito do território, desenho urbano e produção arquitectónica portuguesa e em Portugal nos séculos XVIII, XIX e XX. No

desempenho das suas funções técnicas e científicas no âmbito do Património Cultural, desenvolve ações de investigação, salvaguarda e divulgação patrimonial tais como curadoria de exposições em Portugal e na Europa. Membro da equipa de direção Docomomo Internacional. Membro dos Grupos de Trabalho Plano Estratégico DGPC 2015-2019; Ano Europeu do Património Cultural; Marca Património Europeu.

O Ministério das Obras Públicas de Duarte Pacheco

O estudo realizado sobre a Obra Pública empreendida por Duarte Pacheco tem como principal objectivo contribuir para a clarificação do processo de conceção e concretização de todo um programa coordenado pelo político de 1925 a 1943. Referenciando o universo de estudo ao Urbanismo, Arquitectura e Memória Patrimonial no contexto português ao longo do período considerado e com base na sua aplicação a seis estudos de caso, analisa-se no legado do político a relação entre o decreto, o projecto e o concreto. Considerando o modo de atuação de Duarte Pacheco e identificando o seu método de trabalho em áreas tão distintas como a direção do Instituto Superior Técnico, a Câmara Municipal de Lisboa, o Ministério da Instrução Pública e o Ministério das Obras Públicas e Comunicações, a obra de Duarte Pacheco surge numa nova perspetiva, possível através da recolha de uma parcela importante de informação que clarifica o tempo, o modo, os serviços e os agentes que no espaço de dezoito anos modificaram a paisagem do país.

Ana Isabel Ribeiro

Licenciada em História (FLL, 1982) e Mestre em História da Arte Contemporânea (FCSH, 1994), com a dissertação *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa, 1863-1953*. De 1982 a 1994 foi Bibliotecária da Associação dos Arquitectos Portugueses, Secção Regional do Sul (actual Ordem dos Arquitectos). Foi coordenadora do Centro de Documentação e Informação da Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea (Câmara Municipal de Almada) de 1994 a 2002 e de 2002 a 2016, assumiu o cargo de directora da Casa da Cerca. Desde 2017 que integra o Núcleo de Estudos de Património do Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa. Investigadora nas áreas das Artes Visuais, Arte Pública e Arquitectura, foi comissária de diversas exposições, participou em colóquios no país e no estrangeiro e publicou vários artigos nesses domínios.

Ser arquitecto num tempo [1930-1950] e num lugar [Portugal]

As organizações associativas dos arquitectos portugueses no século XX permitem investigar sobre as linhas reivindicativas deste grupo profissional e sobre as contingências externas em que exerciam a profissão. Contudo, o facto de

durante anos não ser obrigatória a inscrição nessas organizações, leva a questionar a sua legitimidade representativa, implicando a distinção entre os arquitectos (classe profissional) e o seu movimento associativo. São quatro as designações para os organismos formalmente representativos dos arquitectos cuja sucessão não foi disruptiva da prática associativa: (1) *Sociedade dos Architectos Portuguezes*, 1902; (2) *Sindicato Nacional dos Arquitectos*, 1933; (3) *Associação dos Arquitectos Portugueses*, 1978; (4) *Ordem dos Arquitectos*, 1998. A cada uma correspondeu a reformulação dos estatutos, quer por imposição legal, quer pela necessidade de os adequar aos diferentes contextos. Para o período em debate, é relevante o facto de terem sido novamente goradas as expectativas dos dirigentes associativos aquando da constituição do Sindicato, uma vez que o Decreto-Lei nº 23.050 (23 Set. 1933) impedia que o organismo profissional dos arquitectos adoptasse a ambicionada designação de “Ordem”, tal como era autorizada aos advogados, médicos e engenheiros. Porém, o seu enunciado conferia aos Sindicatos competências quanto à sua participação junto de órgãos de decisão, mas que se revelaram ilusórias e não alteraram o poder de influência da classe quanto à premência de definição de normas eficazes de controlo e dignificação do exercício da profissão. O fim da II Guerra, durante a qual a actividade sindical foi menor e maior a desmobilização da classe, o acto eleitoral que elegeu Keil do Amaral presidente do Sindicato (Março, 1948), a realização do I Congresso Nacional de Arquitectura (Maio-Junho, 1948) enquadrado pela exposição “15 Anos de Obras Públicas: 1932-1947”, sendo, simultaneamente, efeito e causa das transformações profundas que a partir de então ocorreram no seio do SNA, foram momentos determinantes para a inflexão da prática associativa. Para tal contribuíram novos contextos e novas formas de mobilização dos arquitectos fora do âmbito sindical que fortaleceram a classe, como a criação do ICAT (Lisboa, 1946) que teve como um dos seus fundadores Keil do Amaral, e a fundação do ODAM (Porto, 1947). Se os anos 50 foram de profundas transformações das dinâmicas programáticas associativas, a década seguinte enuncia já um novo tempo para os arquitectos que se reflectiu no exercício profissional de uma geração que, à data do I Congresso, tinha pouco mais de 20 anos. Contudo, é possível identificar um conjunto de temáticas reivindicativas, sucessivamente reformuladas, transversais ao movimento associativo dos arquitectos portugueses durante a primeira metade do século XX: (1) a relação entre os arquitectos e o seu organismo representativo; (2) a dinamização da vida associativa; (3) a definição do estatuto profissional, a defesa do uso do título e do exercício da profissão, o ensino da Arquitectura; (4) os concursos públicos de arquitectura e urbanismo; (5) o relacionamento institucional. O movimento associativo e reivindicativo dos arquitectos portugueses pela dignificação da sua profissão

prosseguiu e prossegue ainda, renovando e actualizando protagonistas e formulações.

Ricardo Agarez

É arquiteto (FAUTL 1996) e historiador da arquitetura (Mestre FCSH-UNL 2004, Ph.D. The Bartlett School of Architecture, University College London, 2013, RIBA President’s Award for Research 2013). Enquanto investigador, os seus projetos seguem abordagens transversais integrando arquitetura, construção, estudos culturais e ciências sociais e humanas. Especializou-se na história e teoria da arquitetura e do urbanismo dos séculos XIX e XX, tendo escrito e publicado sobre arquitetura e identidades nacionais e regionais, fenómenos de disseminação de formas e ideias, habitação multifamiliar, arquitetura de funções públicas e cultura arquitectónica na burocracia. Os seus interesses abrangem a interação entre práticas formais e informais e os limites e intercâmbios entre atores profissionais e não profissionais; a história da arquitetura do quotidiano e dos objetos que escapam a categorizações convencionais; e os processos de contaminação entre esferas culturais ‘altas’ e ‘baixas’, entendidos no seu contexto social alargado. Foi *Giles Worsley Fellow in Architectural History of The British School at Rome* (British Academy) em 2014, *FWO Pegasus Marie Curie Postdoctoral Fellow* na Universidade de Gent (Bélgica) em 2015 e investigador pós-doutorado no Departamento de Arquitectura da Universidade Católica de Lovaina (Bélgica). Professor Auxiliar no Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora, é atualmente coordenador científico e editor do projeto *Habitação: Cem Anos de Políticas Públicas em Portugal, 1918-2018* (IHRU). É autor, entre outros, dos livros *O Moderno Revisitado: Arquitectura de Habitação Multifamiliar em Lisboa nos Anos 1950* (Lisboa: CML, 2009) e *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965* (London & New York: Routledge, 2016).

Obras públicas e ‘melhoramentos’ locais: entre Lisboa e o País (real)

Em julho de 1953, o conservador ministro das Obras Públicas Frederico Ulrich – que em 1948 presidira às comemorações dos Quinze Anos de Obras Públicas – autorizou em termos singulares a participação do Estado na construção de um Centro de Assistência Social Polivalente em Loulé: “(...) pressupondo que a [Direcção de] Urbanização [de Faro] não terá deixado de atender à orientação do edifício e sua localização, no Algarve, ao considerar os vãos envidraçados voltados a Sul; (...) embora me desagrade totalmente o tipo – de pavilhão de exposição – idealizado pelos autores do projecto – não me oporei à aprovação deste, desde que o actual Governador [Civil] de Faro confirme o assentimento que, ao que parece, ele mereceu ao seu antecessor.” O “tipo” que tanto

desagradava ao ministro, escolhido pelos arquitetos Manuel Laginha e Rogério Martins para o que se tornaria um dos ícones da arquitetura moderna do pós-guerra no Algarve, foi, contudo, apoiado tanto pelos responsáveis da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização (DGSU) em Lisboa quanto pelo engenheiro Alberto Pessanha Viegas, diretor de Urbanização de Faro. A não-oposição do ministro e o empenho dos agentes locais possibilitaram a comparticipação do Estado com 520.000\$00, através do Fundo de Desemprego, na realização deste ‘melhoramento urbano’ – figura que, instituída em 1932, ganhou novo folego em 1945 com a entrada em funcionamento da DGSU e seus ramos regionais. Este exemplo sugere que, contrariamente à visão cultivada pela historiografia da arquitetura e urbanismo do século XX em Portugal, o poder do governo central na definição da feição arquitectónica das Obras Públicas de “interesse local” não se terá sobreposto sistematicamente ao dos atores que, nas vilas, cidades e regiões afetadas, participaram no processo. Entre 1945 e 1979, a construção de equipamentos para assistência e salubridade pública, educação física e desporto, instalações de serviços municipais e outros serviços públicos, instituições religiosas e da Organização Corporativa e bairros de Casas para Pobres e Pescadores, bem como de arruamentos, espaços públicos, parques e jardins em todo o país, foi comparticipada e acompanhada tecnicamente – logo, controlada – pelo Estado. Esta foi uma oportunidade para Lisboa tentar subordinar os interesses locais ao interesse nacional no processo de urbanização acelerada da segunda metade do século, sem dúvida – mas foi também, em aparente paradoxo, a ocasião para uma pulverização significativa das vontades e das vozes intervenientes, na medida em que abriu frentes de debate e negociação com a miríade de ‘entidades peticionárias’ (câmaras municipais, misericórdias, fábricas de igreja, comissões de assistência, corporações de bombeiros, Casas do Povo) na origem das iniciativas. Utilizando o distrito de Faro como ponto de partida para uma discussão do caso alargado português, este texto trará luz a uma faceta pouco explorada do aparato técnico-administrativo-governamental que implementou sucessivas (e diversificadas) campanhas de Obras Públicas, com o seu característico alcance territorial: a sua expressão – em mais do que um sentido – local e regional. Observando de perto o modo de funcionamento das extensões distritais do MOP e dos serviços de Obras Públicas de corpos administrativos regionais como as Juntas de Província, este estudo permitir-me-á expor as negociações com autoridades, agências e intervenientes tanto locais como centrais, de uma forma que complementa, e por vezes contradiz, as convenções vigentes sobre um sistema centralizado onnipotente, evidenciando fragilidades, hierarquias complexas de poder, o papel de atores locais em situações concretas (por exemplo, na aplicação de tipos regionais ou, em geral, na

problemática da identidade construída regional). As burocracias central, regional e local das Obras Públicas em Portugal aparecem menos como meros executantes de ditames superiores e mais como foros de negociação e debate, nos quais a cultura arquitectónica dos não-arquitetos e a edificação corrente, do dia-a-dia, com que se equipou e constituiu o ambiente construído português, ganham especial relevo.

Nuno Rosmaninho

Nasceu em 1964 e é professor associado com agregação do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, para onde entrou como assistente estagiário em 1991. Licenciado em História, variante de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (1987), onde também realizou o mestrado em História Contemporânea de Portugal, com uma tese intitulada *Historiografia Artística Portuguesa: De Raczyński ao dealbar do Estado Novo* (1993), e o doutoramento, intitulado *O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra* (2002), publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra em 2006. Em 2014, realizou provas de agregação em Estudos Culturais na Universidade de Aveiro, apresentando um relatório da unidade curricular de Identidade Artística Portuguesa e uma lição subordinada ao título *A Deriva Nacional da Arte. Portugal, séculos XIX-XXI*.

A ordem identitária das obras públicas

A presente comunicação pretende expor a estruturação identitária do Estado Novo no domínio artístico a partir das prescrições associadas às obras públicas e discernir as suas fontes históricas. Ficará talvez manifesto que os princípios identitários exigidos às artes são a soma de estereótipos formados sobretudo no final do século XIX, combinados com o espírito de intransigência ideológica cultivado pelo Estado Novo. É digno de nota o pensamento de Oliveira Salazar por expressar uma mediana de ideias que, embora exibidas com alarde, como é próprio dos patriotas, não passam de lugares-comuns que não são seus e raramente pertencem ao seu regime, embora sejam apresentados como tal. Parte-se do princípio de que os fundamentos identitários atribuídos às artes se compreendem melhor se os agentes políticos forem observados como resultantes de um ideário e não como seus criadores.

João Paulo Martins

Lisboa, 1965. Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design. Licenciado em Arquitectura (1988), Mestre em História da Arte (1995), Doutor em Arquitectura (2006). Foi investigador principal do projecto “Móveis Modernos. A actividade da Comissão para Aquisição de Mobiliário no âmbito da Direcção-

Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1940-1980”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Foi comissário das exposições “Daciano da Costa, Designer” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2001) e “O respeito e a disciplina que a todos se impõe. Mobiliário para edifícios públicos em Portugal. 1934>1974” (MUDE, Museu do Design e da Moda, Coleção Francisco Capelo, 2014). Tem investigado e publicado sobre História da Arquitectura Contemporânea e do Design em Portugal.

Sofia Diniz

Évora, 1977. Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Instituto de História Contemporânea. Licenciada em História da Arte (1999), Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (2008), doutoranda em História Contemporânea (2014-) com o projecto “Mobilar o Estado. A encomenda pública de mobiliário e o seu impacto na indústria nacional (1950-1974)”. Foi colaboradora da DGEMN (1999-2007), no âmbito do Inventário do Património Arquitectónico, e nomeadamente no “Estudo da Arquitectura de Serviços Públicos em Portugal no Século XX: a Arquitectura Judicial e Prisional Portuguesa no Século XX”; foi bolsista de investigação no projecto “Móveis Modernos. A Actividade da Comissão de Aquisição de Mobiliário no âmbito da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. 1940-1980” (2011-2014).

Mobiliário e obras públicas

Os edifícios públicos de promoção oficial dão forma e condicionam as relações estabelecidas entre o Estado e os cidadãos, entre os funcionários dos distintos níveis hierárquicos, entre estes e as diversas categorias de utentes. De um modo muito particular e intenso, os interiores e mobiliário dos edifícios públicos são resultado das ideias que sobre esse tipo de relações (de poder; de ordem) se pretende materializar; são fruto de negociações entre aqueles que detêm a capacidade de os determinar (projectistas, decisores políticos, fornecedores...); vão moldar as práticas espaciais, definir acessibilidades (e a sua inibição). Contribuem para permitir ou interditar o domínio (físico e visual) sobre territórios específicos; para compor uma imagem institucional (a partir de referências e de contextos, intencional e criteriosamente seleccionados), para enfatizar ou diluir a presença dos indivíduos que os ocupam, para os caracterizar e aos papéis que eles aí desempenham. Um percurso panorâmico sobre alguns exemplos, provenientes de diversos programas funcionais (do ensino à saúde, dos serviços administrativos à justiça), de lugares diferentes do território nacional e de momentos sucessivos no tempo, permite-nos constatar a existência de recorrências e continuidades, detectar situações ímpares e momentos de ruptura, responsabilidades indefinidas (colectivas, anónimas) e autorias reconhecíveis. As relações

estabelecidas neste universo entre a encomenda pública, a indústria e o mercado revelam algumas limitações e potencialidades de um meio no qual foi gradualmente eclodindo a consciência do design industrial em Portugal.

Luís Miguel Correia

Natural de Coimbra (1970). É Professor Auxiliar no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (DARQ-FCTUC), onde desde 2017 exerce o cargo de subdirector, e investigador integrado do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). Licenciou-se, em 1994, no DARQ-FCTUC e, em 2008, perfaz o Mestrado em *Ciências da Construção* pelo Departamento de Engenharia Civil da mesma faculdade com a dissertação *Castelos em Portugal: Retrato do seu perfil arquitectónico [1509-1949]*, que, em 2010, foi publicada pela Imprensa da Universidade de Coimbra. Em 2016, obtém o grau de Doutor, na área de *Teoria e História da Arquitectura*, pela Universidade de Coimbra com a tese votada aos *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projecto à memorização de um legado*. É autor e co-autor de diversos artigos e comunicações, com particular interesse de investigação concedido aos apelidados *monumentos nacionais* e à relação que tais construções do passado desde oitocentos estabelecem com o território, a paisagem, mas, ainda, com certa ideia de identidade nacional. Actualmente é também co-responsável pelo *Erasmus Mundus Joint Master em Architecture, Landscape and Archaeology* (ALA) e pela equipa da Universidade de Coimbra no projecto europeu *URBiNAT*, assim como investigador associado ao projecto financiado pelo FEDER e FCT *Rise of Portuguese Architecture (EU)ROPA: Fundamentals, Platform, Progression*, estes últimos sediados no Centro de Estudos Sociais (CES). Desde 1993, dedica-se, em simultâneo, à prática da arquitectura, sendo que alguns dos seus projectos, efectuados *a solo* ou em co-autoria, foram vencedores ou finalistas de diferentes prémios de especialidade. Em 2001, cria com Nelson Mota e Susana Constantino o colectivo COMOCO Arquitectos. Os seus projectos têm sido publicados em revistas nacionais e internacionais da disciplina e apresentados em exposições colectivas e individuais. Foi júri de vários prémios e concursos de arquitectura. Colaborou com o Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e durante alguns anos com a antiga Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN).

Monumentos Nacionais: a construção de um legado

Com o advento da Revolução Nacional na *Primavera de 1926*, a jovem República Portuguesa viria a experimentar uma nova concepção política, caracterizada por um regime tendencialmente

autoritário, porventura totalitário, centrado na figura do seu futuro líder, Oliveira Salazar. Como se sabe, este foi um ditador que, através do Estado Novo, por ele fundado, planeou subjugar a Nação ao seu pensamento rural, crente, autocrata e, diríamos, avesso a certo *progresso*. Em resultado desta circunstância, teceu uma nova constituição, plebiscitada em 1933, criou e refundou instituições, nomeou dirigentes e, sobretudo, instituiu um conjunto de diferentes instrumentos, ao serviço do seu programa pessoal, que só veio a permitir aos seus concidadãos um modo de *vida modesto*, pretensamente feliz. Fundamentado neste projecto, o do *salazarismo*, sobreveio naturalmente um plano de domesticação do território que satisfizesse os princípios entretanto instaurados. Assim, compôs-se um retrato idílico cujos modelos aceites foram dilucidados via diversas preleções de Oliveira Salazar. Na vigência do regime *estadonovista*, procurou materializar-se o sonho de um renovado Portugal, rústico, onde o desejado *homem novo* da sua casinha tipicamente portuguesa contemplasse uma paisagem em harmonia com a educação do seu (entenda-se, o de Oliveira Salazar) espírito. Um desígnio que em distintos momentos da Situação o Presidente do Conselho ratificou ao ajuizar que seria de todo lamentável que através das numerosas campanhas de obras públicas efectuadas pela Ditadura não ficasse gravado o discurso que esteve na sua origem. Logo, com esta ideologia política subjacente, procurar-se-ia concretizar a definição de um projecto e a subsequente memorização de um legado arquitectónico que traduzissem um *estilo português* actual e próprio de fazer. Para tanto, acabaria por se impor a adopção de uma arquitectura dita de *terceira via*, cuja normalização, ainda que com relutância, admitia debater os binómios *tradição versus progresso* e *nacionalismo versus modernismo*. Considerando este quadro, importa pois rever o modo como foram instrumentalizados os monumentos nacionais no âmbito deste empreendimento de disposição nacionalista, designadamente, como à custa destes se pretendeu esboçar o irrefutável papel da cobiçada *restauração material, moral e nacional* do País. Em particular, observar-se-á como a sua vocação histórica foi, em simultâneo, compreendida enquanto possibilidade de celebração de memórias heróicas do passado e representação da política empreendedora e pedagógica do Governo instituído. À luz da propaganda oficial protagonizada por António Ferro e da vasta campanha de intervenções realizadas em muitos imóveis de reconhecido interesse monumental pela Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), não esquecendo os planos de obras públicas conduzidos pelos ministros das Ministérios das Obras Públicas e Comunicações (MOPC/MOP) e os diplomas legais decretados tendo em vista a defesa da obra entretanto executada, provar-se-á como o ansiado regresso à *feição primitiva* dos monumentos nacionais concorreu, de modo crucial, para a

identidade do território e, asseveraríamos, para a própria identidade da Nação. Mas, ao contrário do conjecturado, também se testemunhará que paradoxalmente essa figuração evidencia uma oportuna modernidade.

Margarida Acciaiuoli

Professora catedrática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, onde exerce a docência desde 1981, é autora de diversificada bibliografia sobre a arte portuguesa do século XX. Do conjunto das suas publicações, destacam-se os estudos sobre *As Exposições do Estado Novo* (Livros Horizonte, 1998), *Os Cinemas de Lisboa* (Bizâncio 2012), *António Ferro* (Bizâncio, 2013) e *Casas com Escritos. Uma História da habitação em Lisboa* (Bizâncio, 2015). Colaborou na organização de várias exposições, como “*Os Anos 40 na Arte Portuguesa*” (FCG, 1982) e foi comissária das *Exposições Amadeo de Sousa Cardoso* (Europália, Museu de Arte Moderna de Bruxelas, 1991) e *KWY, Paris, 1958-1968* (Centro Cultural de Belém, 2001).

O Livro de Ouro da Exposição 15 Anos de Obras Públicas: arquitectura e propaganda

Fátima Fernandes

É Arquitecta pela FAUP (Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto), e doutorada pela ETSAM (Escola Técnica Superior de Arquitectura da Universidade de Madrid) com a tese *LA ARQUITECTURA EN LA CONSTRUCCIÓN DEL PAISAJE Herramientas y principios de los proyectos del Duero Internacional (1953-1964) en su relación con la Escuela de Oporto*. Em 1986, funda com Michele Cannatà, a CANNATÀ & FERNANDES. É professora de Trabalho de Projecto/Dissertação e de Paisagem na ESAP, onde foi Directora do Curso de Arquitectura e é actualmente Directora do Departamento de Arquitectura. Foi Presidente do Conselho de Admissão da Ordem de Arquitectos SRN; membro do Conselho de Redacção da revista Internacional ABITARE e Responsável Científica das Edições de Arquitectura das Editoras ASA e CIVILIZAÇÃO. Reconhecida internacionalmente, recebeu numerosos prémios e a sua obra arquitectónica está publicada em Monografias e Revistas de Arquitectura de âmbito internacional. Mais informação em <http://cannatafernandes.com/PT/>.

A poética da austeridade

O *exame* da singular contribuição de João Archer, Nunes de Almeida e Rogério Ramos para a construção de uma paisagem industrial através da arquitectura revela-se hoje como uma grande oportunidade para o avanço da nossa disciplina. Este grupo de arquitectos que estuda na Escola do Porto no período em que o professor Carlos Ramos

faz a reforma do ensino da Arquitectura em Portugal, projecta e constrói a partir do gabinete de projecto da Hidrelétrica do Douro, as três infra-estruturas hidroeléctricas e as respectivas estruturas urbanas de Picote, Miranda e Bemposta, localizadas no Douro Internacional. Este processo, cujos parâmetros do projecto *dissecaremos*, está compreendido entre 1953 e 1964, e representa um dos momentos mais significativos e hercúleos em termos de infraestruturização, industrialização e modernização de um Portugal então extremamente atrasado pela política *isolacionista* de Salazar. Em simultâneo a essa condição de isolamento, na Escola de Belas Artes do Porto, desenvolve-se uma atmosfera *subterrânea* de debate, provocada pelos contactos que Viana de Lima e Fernando Távora mantinham com o exterior, e especialmente com os CIAM, que originará um latente *ambiente* progressista, permeável à modernidade. O ambiente de isolamento imposto, desfazia-se lentamente como um tecido velho abanado pelo sopro lúcido de alguns dos homens de cultura, que estrategicamente permitiram que as ideias modernas que circulavam no exterior penetrassem subtilmente num círculo restrito, mas muito operativo. Inicia-se então um processo que interpreta a história e a cultura local como material fundamental para a sólida construção do progresso. Mas é interessante acrescentar, que a esta situação de isolamento, sobrepôs-se uma condição periférica, mais próxima de um imenso imaginário atlântico do que de qualquer realidade europeia, e que provocará em Portugal um ambiente propício ao engenho. Quais foram portanto, o processo e os procedimentos projectais que permitiram a um país pobre, politicamente isolado e retrógrado desenvolver a infraestruturização do seu território de uma forma tão moderna? Se no pós-guerra, na maior parte do território português, toda a arquitectura que se apresentasse como *pré-texto* para responder aos problemas da sociedade, era censurada, o Douro Internacional em contrapartida é uma experiência que o governo usa para afirmar no exterior, o seu desenvolvimento tecnológico e o seu envolvimento no progresso. O Douro Internacional parece ser também o primeiro projecto de escala territorial em que são reconhecidos traços específicos da Escola do Porto e onde se efectua a revisão e transição de uma modernidade enquadrada pelo rigor de Loos e por um racionalismo de *linhagem Gropiana*, para um regionalismo crítico *apropriado* à cultura do lugar, intimamente ligado a Lúcio Costa, Wright e Aalto. Assim, mais do que os resultados espaciais, técnicos ou construtivos alcançados nos edifícios, expõe-se o processo utilizado pelos seus autores, o seu modo de compreender e fazer uma paisagem industrial de dimensão social e humanista através de uma arquitectura poética e minimalista baseada na cultura e no carácter do lugar, valorizando os argumentos, ferramentas, princípios e mecanismos que podem constituir referência para o nosso ofício e proporcionar conhecimentos que *norteiem* a

arquitectura para a construção da paisagem contemporânea.

José Cabral Dias

Nasceu em Coimbra em 1970. Concluiu estudos em Arquitectura, no Darq, Universidade de Coimbra, em 1994. Mestre pela Faup, Universidade do Porto, em 1999. Doutor pela Faup, em 2012. Lecciona Projecto na Faup, desde 1999. Iniciou actividade profissional em 1994, tendo desenvolvido diversos projectos de arquitectura, individualmente e em co-autoria. Foi finalista do Prémio Nacional de Arquitectura e Madeira, em 2011, com o Edifício da Couraça de Lisboa, em Coimbra (com Manuela Nogueira); e obteve uma Menção Honrosa no Prémio Municipal de Arquitectura Diogo de Castilho, em 2009, com a Remodelação e Ampliação do Campo Desportivo de Santa Cruz, também em Coimbra (com Luís Miguel Correia). Como investigador, tem publicado artigos em revistas científicas com arbitragem, nacionais e internacionais. É autor do livro “A Evolução Urbana de Tomar – de Sellium a Carlos Ramos”, publicado por FAUPpublicações, em 2017.

Entre a exaltação e a saudade. O automóvel como metonímia de progresso no contexto do Planos Gerais de Urbanização

Com o aparecimento do automóvel, o território e o seu entendimento mudam. A cidade vê transformadas a sua escala e definição e a nova máquina constrói significados não explicáveis apenas por determinações funcionais. Em contexto internacional, novas teorias alimentam o sonho da massificação deste veículo enquanto reflexo de uma apologética, entre a estética e uma ideia de progresso. Contudo, em Portugal não existem manifestos nem doutrina que expressem esse mesmo desejo de atribuir protagonismo à nova mobilidade mecanizada e de uso individual. O extenso programa emergente com o Decreto-Lei 24 802, de 21 de Dezembro de 1934, para realização dos Planos Gerais de Urbanização, posiciona-se como campo inaugural para a produção de um pensamento articulado e consistente sobre os impactos do novo veículo em território urbano. A realidade mostra que os Planos Gerais de Urbanização vão definir-se entre o gosto herdado e a vanguarda que o automóvel é em si mesmo. Com efeito, as novas propostas de desenho urbano posicionam-se entre a política – enquanto instrumentos de propaganda e sinal físico da presença do Estado no território – e o desejo de um novo tempo, de modernidade. O território urbano é, assim, reconfigurado por novos significados e usos que só um movimento rápido e autónomo justificaria. O *Parkway* ou *Via parque panorâmica*, paradigma de eficácia, prazer e rapidez de circulação, é associado a outros recursos, com esse fim. *Unidades de Vizinhança* e derivações da *Carta de Atenas* ou tentativas de *cidade-jardim* ou de *subúrbio-jardim* surgem a

evidenciar a nova era. O espaço e o edifício residencial nascem com independência relativamente ao tráfego. A hierarquização viária, bem como o zonamento, espelha a nova ideia de cidade. *Grande circulação, circulação acelerada, grande trânsito, viação acelerada, trânsito acelerado ou movimento acelerado ou interno intenso*, mais do que uma realidade, reflectem uma adjectivação que anuncia a mudança de paradigma. Independentemente dos traços de conservadorismo presentes no desenho urbano, as transformações propostas para cidade traduzem, em suma, alterações de semântica – com novos espaços – e de sintaxe – atendendo a diferentes articulações e relações –, reflectindo um sentido que já não pode ser encontrado senão no rasto produzido pelo automóvel. Dir-se-ia que, o automóvel da cidade dos Planos Gerais de Urbanização se coloca com valor de metonímia. Ou seja, os projectistas adoptam o automóvel (enquanto máquina) e a circulação (sua expressão) como referentes estéticos de uma ideia de progresso. É verdade que as inovações propostas continuam a conviver com alamedas, praças e traçados já testados pela história, atendendo a critérios que, *a olho nu*, fazem prevalecer o gesto compositivo e a preferência pela continuidade espacial, mais do que qualquer antecipação de novos dias. No entanto, um olhar mais atento revela uma síntese habitual na cultura espacial portuguesa, entre Tradição e Modernidade. É, assim, sem drama, nem oposição, e entre a exaltação – simbolizada pelo automóvel – e a saudade – do próprio regime, que os Planos Gerais de Urbanização se assumem no contexto do Estado Novo.

Gonçalo Canto Moniz

Porto, 1971. É investigador do Núcleo Cidades, Culturas e Arquitectura (CCArq) e foi membro da Direcção Executiva do Centro de Estudos Sociais da UC (2014-2017). Licenciado em Arquitectura em 1995 no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, onde é Professor Auxiliar, membro da Comissão Editorial da *e|d|arq* e editor da revista de cultura arquitectónica, JOELHO. Doutorado pela Universidade de Coimbra com a tese “O Ensino Moderno da Arquitectura. A Reforma de 57 e as Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)” em 2011. Actualmente investiga e lecciona sobre o reuso de edifícios modernos, no âmbito do projecto europeu Reuse of Modernist Buildings financiado pelo Erasmus +, sendo coordenador da equipa da Universidade de Coimbra. Participa também no projecto Atlas da Arquitectura Escolar em Portugal, financiado pela FCT. Tem investigado e publicado sobre a Arquitectura Moderna em Portugal, nomeadamente sobre os equipamentos escolares e o ensino da arquitectura, sendo autor do livro “Arquitectura e Instrução: o projecto moderno do liceu, 1836-1936” (*e|d|arq*, 2007).

António Rochette Cordeiro

Doutorado em Geografia e Professor da Universidade de Coimbra no Departamento de Geografia (licenciatura, mestrado e doutoramento em Ordenamento do Território e em Ambiente), no doutoramento em Estudos Contemporâneos do CEIS20 e no Mestrado Integrado do Departamento de Arquitectura. Coordenador Científico do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, no qual integra o Grupo de Investigação “Políticas e Organizações Educativas e Dinâmicas Educativas”, é ainda o coordenador do Núcleo de Investigação “Territórios e Educação”. Coordena uma equipa que desenvolve planos estratégicos de desenvolvimento e planos estratégicos de educação de diferentes municípios, assim como uma outra equipa que desenvolve o projeto sobre “Territorialização da Educação” cujos trabalhos estão na base da implementação dos Projetos Educativos Locais e da realização da reorganização da rede escolar – Cartas Educativas Municipais de 2ª geração.

Obras públicas: a rede de equipamentos escolares do Estado Novo

O sistema educativo do Estado Novo é objecto de transformações significativas, que são reflexo do próprio reposicionamento do governo autoritário entre a sua constituição em 1933 e o seu fim em Abril de 1974. De facto, desde a criação do Ministério da Educação Nacional em 1936 até à Reforma de Veiga Simão em 1971, o Estado Novo passou de um sistema nacionalista e elitista para processo de democratização e de educação de massas. Estas mudanças políticas tiveram consequências óbvias nas práticas pedagógicas, mas também nos edifícios escolares e na rede de equipamentos dedicados ao ensino primário, secundário, técnico e universitário. Entre 1933 e 1974, podemos identificar quatro fases de planeamento e construção da rede escolar que tem objectivos e metodologias distintas. A primeira fase denominamos de Modernista por ainda integrar características herdadas do período 1926-1933 implementadas com a Ditadura Militar através da Junta das Construções para o Ensino Técnico e Secundário e da Direcção Geral do Ensino Primário. A segunda fase, Clássica, é reflexo da viragem nacionalista que, a partir de 1938, promove o plano dos Centenários, o plano dos liceus nacionais e ampliação da Universidade de Coimbra. A terceira fase, Técnica, arranca com a implementação das políticas de fomento da economia apoiadas na industrialização que vão incentivar o ensino técnico, as universidades de Lisboa e do Porto e a Arquitectura Moderna. Esta fase será também apoiada por uma forte expansão urbana, com os planos de urbanização que integram sempre os principais equipamentos públicos. Por fim a quarta fase, Social, representa também o período de declínio do Estado Novo, devido à guerra colonial e à forte contestação interna. Neste contexto, os ministros da educação

vão integrar políticas mais democráticas, aderindo à OCDE e aos seus programas de reformas educativa para fazer face ao crescimento exponencial da população escolar. Este momento acompanha também a construção de uma arquitectura mais humanista. Neste sentido, esta comunicação pretende problematizar o reflexo das políticas educativas do Estado Novo para a Arquitectura e para Território, mas também identificar a capacidade que os espaços de aprendizagem produzidos neste amplo período tiveram de mudar a sociedade portuguesa, contribuindo para o seu processo de democratização, em 1974.

Rui Ramos

É arquiteto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (1986, FAUP) e Professor Catedrático na área disciplinar de arquitectura. Leciona o atelier de Projeto do Mestrado Integrado (2º ciclo), a disciplina Cultura e Habitar do Programa de Doutoramento em Arquitectura (3º ciclo) e é coordenador do curso livre Habitar na Europa: um Século de Arquitectura, na FAUP. Participou também no Programa de Estudos Universitários para Seniores. No âmbito da atividade docente tem frequentado diversos cursos de formação pedagógica. Desempenhou diversos cargos de direção e gestão na Universidade do Porto e no seu perímetro, tendo sido Vice-Reitor entre 2014-2018 para a área do património edificado. Exerceu a prática da arquitectura e a atividade empresarial entre 1982-2003. Estagiou em diferentes escritórios de arquitectura, foi arquiteto municipal e consultor. Manteve atividade profissional própria, tendo diversas obras publicadas e premiadas, no campo da arquitectura e na gestão do design. Foi agraciado pelo trabalho realizado na Expo'98 com o grau de Grande-Oficial da Ordem de Mérito. Pertence ao Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP e é investigador principal do projeto interdisciplinar “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal 1910-1974” (FCT 2016-2019). Tem como principais áreas de estudo os dispositivos espaciais da casa; a relação entre processos culturais e formas de habitar; a questão identitária em arquitectura; e os programas habitacionais, sobre os quais tem diversos trabalhos publicados, acessíveis em <bit.ly/ruijgramos>.

Eliseu Gonçalves

É arquiteto, diplomado em 1994 pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), e doutorado em arquitectura pela mesma instituição em 2015. Prémio Fundação Eng. António de Almeida (1995). É Professor Auxiliar na FAUP onde é docente desde 1999. Exerceu atividade profissional no âmbito da Arquitectura e do Urbanismo destacando-se a requalificação das frentes ribeirinhas da cidade do Porto e de Vila do Conde (com o arquiteto Manuel Fernandes de Sá)

e, ainda, a construção e reabilitação de edifícios para habitação localizados, sobretudo, no norte de Portugal. Em 2015 defendeu tese de doutoramento sobre a habitação operária construída no Porto no primeiro terço do século passado, onde são verificadas soluções de habitação corrente desenhadas sobre o imperativo de serem económicas, saudáveis e cómodas no contexto das dinâmicas higienistas e de emancipação social pré-modernas. Desde 2009 é membro do grupo de investigação Atlas da Casa e investigador integrado do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo CEAU/FAUP. Atualmente é o coordenador do projeto de investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal 1910-1974” (FCT 2016-2019). No âmbito dos seus interesses e investigação académica, tem dado especial atenção à relação entre o projeto de Arquitectura e a Construção a partir dos seguintes temas: arquitectura industrial portuguesa (história do betão armado – itinerários e tecnologias no contexto do modernismo); a especialização do saber (arquitetos e engenheiros na passagem da ‘cultura da compressão’ para a ‘cultura da tração’); infraestruturação da casa e conforto moderno na primeira metade do século XX; clima e forma arquitetónica no quadro da “casa bem temperada”. Parte da produção escrita pode ser consultada em <bit.ly/eliseugoncalves>.

Sérgio Dias Silva

É arquiteto, licenciado em 2007 pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (FAUP), tendo exercido atividade profissional em colaboração com Paulo Providência (2007-2008), Manuel Fernandes de Sá (2008-2010), Parque Escolar EPE (2010-2013) e MVCC Arquitetos (2015-2017). Em 2013 fundou com Pedro Monteiro e Rodrigo Cruz o coletivo e.studio. É Investigador Integrado do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da FAUP, onde integra o grupo Atlas da Casa e desenvolve Tese de Doutoramento sobre o Programa das Casas Económicas do Estado Novo, com o apoio de uma Bolsa da Fundação para a Ciência e Tecnologia. É membro da equipa do Projeto de Investigação “Mapa da Habitação: Reflexão crítica sobre a arquitectura habitacional apoiada pelo Estado em Portugal 1910-1974” (FCT 2016-2019). A sua investigação foca-se no desenvolvimento das abordagens modernas ao projeto de arquitectura e urbanismo em Portugal na primeira metade do século XX, e no cruzamento de influências e referências culturais que lhes dão origem e as ligam ao seu tempo e ao seu contexto internacional.

Política e arquitectura habitacional: um mapa da intervenção do Estado na habitação

No âmbito do desenvolvimento do projeto de investigação *Mapa da Habitação: Reflexão Crítica sobre a Arquitectura Habitacional Apoiada pelo*

Estado em Portugal entre 1910 e 1974 (FCT 2016-2019) este artigo pretende estabelecer um roteiro compreensível da ação política que conduziu à proposta de diferentes programas de habitação ou de atuações similares neste campo, como os Bairros de Casas Económicas (1919), os Bairros Sociais (1919), o Regime de Casas Económicas (1928), as Casas Económicas (1933), a Colonização Interna (1936), as Casas Desmontáveis (1938), as Casas de Renda Económica (1945), as Casas para Alojamento de Famílias Pobres (1945), as Casas de Pescadores (1946), as Casas de Renda Limitada (1947) ou as Casas Construídas Através de Empréstimo (1958). Propõem-se não só dar a conhecer um extenso elenco de bairros e a sua determinação legislativa, mas, igualmente, compreender de que forma traduziram uma construção política, assente numa intrincada hierarquia de poder e, depois de 1933, no projeto corporativo. Simultaneamente, procuram-se os dispositivos arquitetónicos — bairros, edifícios e casas — que ergueram esta política, nos múltiplos compromissos a que se dispuseram. Estes autores arquitetos, engenheiros e outros profissionais envolvidos nesta realização, ignorados pela história política e arquitetónica, talharam ao longo de sucessivas etapas do fenómeno político, entre a 1ª República, a Ditadura Militar e o Estado Novo, diferentes respostas arquitetónicas. Da casa unifamiliar térrea, com jardim e horta, para arredamento (por vezes, a título precário) ou em propriedade resolúvel, até ao bloco plurifamiliar em altura, para arrendamento, decorreram diversos processos e tempos. Aqui podem identificar-se as vicissitudes dos programas, instituições e serviços, articulados ou em tensão entre si, que enfrentaram diferentes desafios, como a carência de habitação, a imagem de pobreza que grassava pelo território nacional, ou as lutas internas do regime face às suas contradições. Neste tecido complexo, não se pode ignorar o nome dos que construíram bairro a bairro esta história, pretendendo saber-se como e para quem foram realizados estes bairros, num trabalho em curso cada vez mais minucioso e documentado, que esclareça a cultura arquitetónica que os assistiu e as brechas que permitiram inovar no desenho da habitação; por exemplo, nas técnicas de construir, na inclusão da questão social ou no traçado do bairro parte da cidade em transformação. Assim se desenhava não apenas a força e a fragilidade de um regime totalitário, incapaz de resolver a contradição da formação social portuguesa, mas também uma cultura arquitetónica aberta à modernidade, conduzindo à explosão de 1974. Esta primeira síntese do mapa da habitação programada pretende, finalmente, contribuir para outra leitura da história política e arquitetónica do período em estudo. Narrativa que trará obras e autores, conhecidos e desconhecidos, revelando contornos, até agora inesperados, que passam a estar disponíveis a novas precisões e descobertas.

Joana Brites

É Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (UC), onde, a par da leção das disciplinas de Arte e Romantismo, Teoria e Métodos em História da Arte, Arte e Modernismos e Teoria e História do Património, dirige o 1.º Ciclo em História da Arte. Mestre (2008) e Doutora (2012) em História da Arte pela UC (na área de arquitetura do Estado Novo), exerceu funções de historiadora de arte no Gabinete responsável pela candidatura da Universidade de Coimbra a Património Mundial. É investigadora integrada do Centro de Estudos Interdisciplinares da UC, consultora científica do Museu da Ciência da UC (para equipamentos do século XX), membro do Comité Científico da coleção “Sconfinamenti” (Departamento SAGAS, Università degli Studi di Firenze), membro da Rede de Estudo dos Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para Democracia (REFAT) e da rede de investigadores do projecto MonuMed (Monumentalisation et espaces urbains dans les Balkans et en Méditerranée). A sua investigação centra-se nos seguintes temas: relação entre modernismo e fascismo; arte dos regimes autoritários/totalitários; património “dissonante” e memória “coletiva”. Publicou dois livros e diversos artigos em periódicos científicos nacionais e internacionais. Participa em projetos de investigação nacionais e internacionais e colabora, com frequência, em iniciativas de transferência de saber.

Do caixote à Caixa: filiais e agências do banco do Estado (1929-1970)

A presente comunicação centra-se nas agências e as filiais da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência (CGDCP) projectadas de raiz e/ou remodeladas entre 1929 e 1970. Estes equipamentos constituem uma das presenças mais marcantes no universo da arquitectura do Estado Novo. Da quantidade e qualidade do investimento na consolidação de uma rede de dependências esteticamente credível – tutelado, de forma directa, pelo Ministério das Obras Públicas (e Comunicações) entre 1942 e 1970 – resultou um conjunto construtivo que permite compreender não apenas o cuidado que a CGDCP colocou na criação e promoção da sua identidade imagética, mas também o papel da arquitectura na construção da ideológica do Estado Novo. Partindo de uma sintética caracterização da transformação da instituição no decurso do Estado Novo, apresenta-se o programa base das dependências da CGDCP, bem como as suas consequências, quer ao nível da codificação dos comportamentos e movimentos dos indivíduos (funcionários e público), quer na organização espacial interna e na identidade arquitectónica da instituição. Decompõem-se as instâncias e os mecanismos de decisão com responsabilidade na definição deste conjunto construtivo e analisam-se as correntes estéticas adoptadas, os motivos que ditaram a sua

preferência e os significados que lhe foram associados. Subjacente estará, tanto um conceito amplo e multifacetado de modernismo, como uma visão dinâmica e plural do regime chefiado por António de Oliveira Salazar.

António Manuel Nunes

Professor de História, natural da Ilha do Pico (n. 1965), licenciado e mestre em História. Docente do quadro do ME, foi investigador-colaborador do CEIS20, e do CES/UC, sendo autor de diversos trabalhos sobre história da Canção de Coimbra e património judiciário lusófono: *No rasto de Edmundo de Bettencourt* (1999), *A espada e a balança* (2000), *Sob o olhar de Témis* (2000), *Flávio Rodrigues da Silva/Fragmentos para uma guitarra* (co-autoria, 2002), *Da(s) memórias da Canção de Coimbra* (2002), *Templos da justiça e arte judiciária* (2003), *Justiça e arte* (2003), *A Canção de Coimbra no século XIX, 1840-1900* (2002, editado no blogue *Guitarra de Coimbra*, 2005 e ss.), *Identidade(s) e moda/Percursos contemporâneos da capa e batina e insígnias dos conimbricenses* (2014), *Repertório da Canção de Coimbra, ca. 1840-2015* (co-autoria, 2018), e *Tribunal da Relação de Coimbra, 1918-2018* (2018). Foi consultor no projeto do CES/UC sobre “Arquitetura judiciária e acesso ao direito e à justiça: o estudo de caso dos Tribunais de Família e Menores em Portugal” (2010-2012), e desenvolveu intercâmbio com especialistas brasileiros, tendo participado e redigido os documentos orientadores do “1º Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário”, Rio de Janeiro, 27 a 31 de agosto de 2012. Entre 2007-2012 instalou e dirigiu na Secretaria Geral do Ministério da Justiça a Divisão de Arquivo e Património Histórico, tendo participado em exposições e na criação da “Rede de Conhecimento da Justiça” (2009-2012).

Casa da Justiça, Domus Iustitiae, arquitetura judiciária e ideologia no período do Estado Novo

A organização da administração da Justiça à luz do princípio da separação dos poderes positivados nas constituições portuguesas de 1822, 1826 e 1911, não comportou por parte da Monarquia Constitucional (1834-1910) e da 1ª República demoliberal (1910-1926) a definição de um programa de obras públicas destinado a instalar os serviços concentrados e desconcentrados de Justiça. É com a reorganização do Ministério da Justiça, na sequência do golpe ditatorial de 1926, que se começa a falar na necessidade de prover à reinstalação dos tribunais superiores, lançando mão de um discurso apegado a valores estéticos aristocráticos e palacianos que, longe de ser especificamente português ou ditatorial, era ao tempo comungado pelas elites judiciárias e políticas ocidentais. Precedendo a construção do Palácio da Justiça de Coimbra (1928-1934), os edifícios inaugurados nos USA, França, Roma, Bruxelas, Rio de Janeiro e São Paulo confirmam o

apego das magistraturas judiciais e dos ministros da Justiça a um paradigma mental comum. É no período do pós segunda guerra, num discurso de reafirmação das capacidades do Ministério da Justiça sobre o Ministério do Interior que o primeiro ocupa sucessivamente as competências legais atribuídas aos municípios e inunda o país com “palácios de Justiça”. Estes edifícios deveriam exibir na traça e na decoração princípios estéticos de distinção palatina óbvios, tendo construído um paradigma mental conservador que nas décadas de 1960-1970 foi confrontado com os seus próprios limites discursivos, mas que revelou tendência para sobreviver após a Revolução de 1974.

Helena Gonçalves Pinto

Doutorada em Arquitectura pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Investigadora e Museóloga. Colaboradora do Centro Nacional de Cultura. Docente e especialista em Termalismo, Arquitectura Termal e Hospitalar, História da Medicina e Ciências da Saúde, Museologia, Património, Cultura e Turismo. Autora de Estudos, projectos e intervenções públicas em diferentes países. Membro de comissões científicas de seminários e conferências internacionais; coordenadora científica do “Rastreio e Levantamento dos Conjuntos Termais Portugueses” (Ministério da cultura/IPPAA, 2005-2007), e do “Estudo do Inventário dos Recursos Turístico-Termal na Área Portuguesa da Rota das Águas Portuguesas” (Instituto Piaget para o Turismo do Porto e Norte de Portugal, ERT, 20013). Obteve a distinção – Prémio José de Figueiredo 2010, com a obra “O Desenho das Termas: História da Arquitectura Termal Portuguesa”. Autora das plataformas de conhecimento <http://www.arquitecturasdasaude.pt>; <https://arquitecturasdasaude.wordpress.com>.

A programação e a arquitectura hospitalar pública no Estado Novo

“Um hospital é uma Casa para o Homem, do mesmo modo que a vivenda. A chave encontra-se sempre no homem...” *Le Corbusier* (ALLARD, Pablo, “Bridge over Venice”, in *Le Corbusier Venice Hospital*, Munich, Prestel Verlag, 2001). Em Portugal, a primeira metade do século XX ficou marcada pelo surto de industrialização e de confronto social, ideológico, religioso e político, desenvolvendo-se novos percursos e estratégias que ganharam autonomia e que, por vezes, contornaram e romperam com a rigidez das políticas e normas governativas. No campo da Arquitectura e da Saúde, a programação hospitalar representa um esforço de conhecimento resultante de complexas relações entre técnicos e políticos, terminando essa correspondência, por vezes, por ser mediatizada pelas novas estratégias delineadas por equipas pluridisciplinares, em que as especialidades técnicas assumem essa dinâmica projectual e consequente reforma funcional e

formal. Sublinha-se, neste período, a importância de incentivar a realização de viagens de missão e de estudo como forma de inserir os técnicos nacionais nos círculos de debate da cultura arquitectónica internacional. Todavia, as restritas equipas pluridisciplinares visitaram sobretudo o território Europeu, e só muito esporadicamente se dirigiram para o continente Americano. Nesses itinerários são visitadas cidades e edifícios paradigmáticos, estabelecendo-se, igualmente, as bases para o intercâmbio de experiências. Perguntava-se qual seria, então, o sentido do programa e da arquitectura hospitalar. Essas perguntas revelavam a importância mas, também, a insaciedade com que se apresentavam os problemas, as ideias, o conhecimento, a atitude e da orientação global da arquitectura em relação ao universo da Medicina e da Saúde, na qual os arquitectos passaram a manifestar uma maior liberdade expressiva a partir do programa, e este podia dar origem a edifícios bem distintos. Em finais da década de 1950, a arquitectura hospitalar aportará a expressão de um novo tempo, rompendo com os modelos anteriores, procurando encetar um novo período de desenvolvimento, no qual o homem passou a ter um lugar importante no planeamento desse novo edifício. O hospital já não era uma “máquina de curar”, mas sim um edifício com uma função primordial que fornecia mais do que o tratamento, valorizando a ciência e a assistência, numa multiplicidade de factores, cujas sinergias possibilitavam a inovação e um novo percurso na arquitectura hospitalar, cuja história teve destacados protagonistas e que fez desenvolver uma arquitectura própria.

Carlos Bártolo

É licenciado em Design Gráfico (ESBAP, 1990) e mestre em Design Industrial (FAUP, 1998). Leccionando na Universidade Lusíada de Lisboa desde 1995, os seus estudos centram-se sobre o papel do objecto como suporte de comunicação, especialmente em esferas políticas extremas. Das suas publicações mais recentes destaca-se: “Story of a Portuguese cock and other knick-knacks: Heritage, Propaganda and Design in a far-right dictatorship” (em *Design, History and Time*, Bloomsbury-Londres, no prelo); “Um apartamento à Estrela: Mobiliário de Miguel Jacobetty Rosa, 1950 (em *Miguel Jacobetty Rosa e o desenho integral para o interior da Residência de Miguel Martins, Lisboa, 1950*, MUDE/GBP 2016); “‘Polyalmada’: sobre o multifacetismo da obra de Almada Negreiros e a importância da sua produção no campo das ditas ‘artes menores’” (catálogo *José de Almada Negreiros: uma maneira de ser moderno*, Gulbenkian 2017); “Damned Words: The Use and Disuse of ‘Modern’ as an Attribute for the Interpretation of Folk Customs in Theatrical Revue Stage and Costume Design at the Turn of the 1930s in Portugal” (em *RIHA Journal*, nº 0139, 2016); “Os móveis-tipo da Comissão dos Novos Edifícios para os CTT (CNE), 1937-1952” (catálogo *Mobiliário para Edifícios Públicos: Portugal*

1934/1974, MUDE/FAUL, 2015); “Lições de Salazar [Salazar’s lessons] 1938: the role of progress and technology on an authoritarian regime ideology” (em *A Matter of Design: Proceedings of the 5th STS Italia Conference*, 2015); “The Good Taste of an Authoritarian Regime: the Campaign of Good Taste in Portuguese Panorama magazine” (em *Design Frontiers*, Editorial Designio-México, 2012).

Função, forma e fantasia: o Plano Geral de Edificações dos CTT, 1937-1952

Abrangendo um arco temporal de 15 anos entre a década de 30, período de afirmação da ditadura, e a estabilização do seu poder já no pós-guerra, os 89 edifícios construídos pelo Plano Geral de Edificações de forma a cobrir as necessidades dos CTT, resultaram de diversas vontades, condições e exigências, desde a mais prosaica vocação funcional do equipamento à complexidade do discurso político que nele se quis conter. À partida esperava-se do Plano que este solucionasse a profunda necessidade de modernização dos serviços de comunicação estatais (nomeadamente a extensão, e a futura automatização, da rede telefónica e telegráfica por todo o país) e, como tal, o racionalismo que imperou na Comissão criada para o efeito reflectiu-se de diversas formas: na análise do programa dos projectos-tipo que fundamentaram o desenvolvimento do plano e como este foi estudado e concebido assente sobre pressupostos funcionais; em como os edifícios exprimiram o seu uso e ocupação e eram, *per se*, suporte da identidade da empresa; igualmente como o programa se aplicou pelo território adaptando-se às características e necessidades locais; e também como, mesmo anos depois, ainda se prosseguia o estudo do funcionamento dos serviços de forma a continuar a otimizar os edifícios. Esta filosofia resultava da conjugação do pragmatismo dos engenheiros Espregueira Mendes e Duarte Calheiros (respectivamente representantes da DGEMN e da Administração Geral dos CTT) à *racionalidade moderna* de Adelino Nunes, arquitecto da primeira geração modernista e até pouco anos antes colaborador de Carlos Ramos. Assim, os edifícios projectados começaram por também tentar cumprir, e exprimir, o carácter progressista que caracterizava as novas tecnologias que iriam albergar. Durante o decorrer da aplicação do plano, o regime, sentindo o seu poder mais consolidado, veio a acrescentar ao carácter funcional inicialmente predominante, a necessidade de representação dos valores de perenidade e identidade sobre os quais assentava a sua ideologia. Este seria expresso principalmente no desenho exterior dos edifícios “forçando” um progressivo surgir de elementos historicistas ou regionalistas que excluiriam o carácter moderno inicialmente admitido. Como esta circunstância terá sido recebido pela Comissão consegue adivinhar-se em comentários encontrados na documentação estudada – confirmado por

depoimentos posteriores – comprovando assim, mais uma vez, a existência de uma imposição estética pelo poder sobre a liberdade criativa da arquitetura nacional. Pode encontrar-se, entre estes 89 edifícios, resultados destas diferentes vontades e, com eles, exemplificar a visão mais simplista do antagonismo entre modernidade e tradição: de um lado o fulgor da liberdade criativa do moderno, do outro o castrador recurso à tradição ditado pela ditadura. Mas, mais interessante do que identificar estes casos, será também analisar os edifícios híbridos que se realizaram ao mesmo tempo, aqueles que nem foram *carne nem peixe* e como todo o conjunto, no fundo, pode ser lido como paradigma deste período de indecisões, quer de uma geração que abraça a modernidade não deixando, no entanto, de praticar a tradição quando a considera necessária, quer, principalmente, de um regime que almejava renovar um país, assim se auto-intitulando, não deixando de o desejar preso ao seu passado.

Susana Lobo

Lourenço Marques, 1973. Arquiteta, licenciada pelo DARq-FCTUC (2002), onde leciona desde 1998 e atualmente é Professora Auxiliar. É doutorada em Arquitetura, na especialidade de Teoria e História da Arquitetura, pela Universidade de Coimbra (2013) com a dissertação “Arquitetura e Turismo: planos e projetos. As cenografias do lazer na costa portuguesa, da 1.ª República à Democracia”, no âmbito da qual foi bolsista da FCT. Desde 2015, integra o programa de doutoramento *Coimbra Studio* do DARq-FCTUC e é responsável pela unidade curricular de Urbanismo, Arquitetura e Turismo, que criou nesta instituição. É autora de *Pousadas de Portugal: Reflexos da Arquitetura Portuguesa do Século XX* (Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007). Fez parte do Comissariado Regional da Área Norte do “Habitar Portugal: 2000-2002” (CDN-OA, 2003); da Comissão Organizadora de “Távora: Exposição de projetos e desenhos de Fernando Távora” (Coimbra Capital Nacional da Cultura, 2003); e foi membro da equipa do Centro do IAPXX – Inquérito à Arquitetura do Século XX em Portugal (OA, 2004-2006). Foi curadora da exposição “Risco Interior: desenho de mobiliário na Cidade Universitária de Coimbra” (Ano Zero: Encontros de Arte Contemporânea de Coimbra, 2015) e foi coordenadora científica do respetivo catálogo (Coimbra: Edições Almedina, 2015). Sobre as relações entre Arquitetura, Território, Paisagem e Turismo, sua área de especialização, tem vindo a participar em diversos encontros científicos, nacionais e internacionais. De 2014 a 2016, foi membro do Secretariado do Núcleo de Arquitetos da Região de Coimbra, tendo sido coordenadora científica da publicação *Construir a Paisagem: O povoamento florestal da costa entre Mira e Quiaios* (NARC/OA-SRN, 2016) e autora das monografias *José Isaías Cardoso: Um moderno na Figueira da Foz* (NARC/OA-SRN, 2016) e *Vasco Cunha: O Arquiteto e a sua Cidade* (NARC/OA-

SRN, 2017).

Susana Constantino

Braga, 1974. Arquiteta, licenciada pelo DARq-FCTUC (1999), onde lecionou, entre 2010 e 2013, como Assistente Convidada. Tem um Mestrado de pós-graduação em Reabilitação do Espaço Construído (2009) pela Universidade de Coimbra. É doutorada em Arquitetura pela Universidade de Coimbra (2018), com a tese intitulada “Monumentalidade Moderna. As Instalações Académicas de Coimbra e a Arquitetura dos Centros Culturais no Pós-Guerra”. Desde 2017 que colabora como docente convidada no Master in Architecture na Amsterdam Academy of Architecture. Autora do livro “Arquitetura de Cine Teatros: Evolução e Registo (1927-1959). Equipamentos de cultura e lazer em Portugal no Estado Novo”, publicado pela Editora Almedina, em 2010. No âmbito dos temas que investiga tem publicado diversos artigos e participado em vários seminários e conferências internacionais. Desenvolve atividade profissional como arquiteta, sendo uma das fundadoras do coletivo COMOCO Arquitetos. Os seus projetos têm sido publicados em revistas nacionais e internacionais da disciplina e apresentados em exposições coletivas e individuais. Em 2013, os COMOCO Arquitetos ganharam o Prémio Nacional de Arquitetura em Madeira.

Cultura e lazer: o “tempo livre” no Estado Novo

A ratificação, em 1919, da semana de trabalho de 48 horas pela *Organisation Internationale du Travail*, criada pelos países signatários do Tratado de Versalhes, levanta um novo desafio à sociedade industrializada: a organização dos tempos livres dos trabalhadores. Dividido o quotidiano em “três oitos” – oito horas de trabalho, oito horas de repouso e oito horas de sono –, o enquadramento social do lazer operário é entendido como dever moral do Estado. Questão que ganha contornos nunca antes considerados com a atenção dada à instrumentalização do recreio popular pelos regimes totalitários europeus e à sua centralização em organismos de caráter político-ideológico. Cultura e Lazer constituem, neste contexto, áreas privilegiadas de doutrinação e de difusão da retórica nacionalista que sustenta a construção das ditaduras fascistas. E o Estado Novo, com a “Política do Espírito” de António Ferro, não é exceção. No entanto, paradoxalmente, não existe, em Portugal, uma correspondência imediata entre essa preocupação e a promoção direta do Estado na construção de raiz de equipamentos que acomodem aquelas atividades. Pelo contrário. O grande investimento em infraestruturas no domínio da Cultura reserva-se às intervenções nos Monumentos Nacionais e a recuperações pontuais para instalação de instituições de caráter extraordinário. A ação do Estado Novo irá surgir, sobretudo, pela via regulamentar, instituindo

superiormente as condições que irão orientar a construção desses novos equipamentos, deixada sob a responsabilidade da iniciativa privada. Também no que se refere ao Lazer destaca-se um papel de carácter eminentemente institucional. A criação de organismos como o Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), transformado, mais tarde, em Secretariado Nacional da Informação, Cultura Popular e Turismo (SNI), e a Fundação Nacional para Alegria no Trabalho (FNAT) tem como principal objetivo programar e controlar o “novo tempo” do ócio, enquadrando-o no modelo de organização paramilitar e corporativista do Estado Novo. Cruzando Cultura e Lazer, maior atenção é dada à emergente indústria do Turismo, com o embelezamento, planeamento e equipamento dos novos territórios do tempo livre. Quer através da ação da Junta Autónoma de Estradas (JAE), responsável pelo arranjo e reestruturação da rede rodoviária nacional. Quer da instituição dos Planos Gerais de Urbanização, sujeitos à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas (CSOP). Quer, por fim, da criação de uma rede de Pousadas de Portugal, construídas pela Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). A partir dos domínios da Cultura e do Lazer, este artigo propõe-se a analisar os efeitos da ação do Estado Novo na arquitectura do “tempo livre”, examinando os paradoxos e as ambiguidades entre o discurso político e a prática arquitectónica. Se, por um lado, a preocupação com essas temáticas constitui um dos principais instrumentos da propaganda nacional, o investimento direto das Obras Públicas foi direccionado para objetos muito específicos que correspondem a visões parcelares do problema. Com o final da II Guerra Mundial e a crescente afirmação de uma *civilisation du loisir* nas sociedades europeias (J. Dumazedier, 1962), as opções estratégicas do Estado Novo nessas áreas vão acentuar o seu desfasamento ideológico em relação às restantes nações da Europa.

João Luís Marques

Arquitecto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto (2006). Em 2017 obteve o grau de Doutor em Arquitectura – Teoria, Projecto, História pela mesma FAUP defendendo a tese “A igreja na cidade, serviço e acolhimento, arquitectura portuguesa 1950-1975” preparada sob supervisão da Prof.^a Doutora Marta Oliveira. Entre 2013 e 2015 foi assistente convidado da unidade curricular de História da Arquitectura Portuguesa, do MIarq-FAUP, tendo orientado a realização de trabalhos práticos com incidência no estudo da Casa Nobre. Colaborador desde 2012 na organização e catalogação do Arquivo de Agostinho Ricca (Porto). Desde 2013 é investigador do Centro de Estudos de Arquitectura e Urbanismo da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, colaborando também em projectos de investigação desenvolvidos pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica, desde 2015.

João Alves da Cunha

Arquiteto pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa (1997) e Mestre em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos pela mesma faculdade (2003). É Doutor em História da Arquitectura na FAUL (2014) com a tese “MRAR – Movimento de Renovação da Arte Religiosa e os anos de ouro da Arquitectura Religiosa em Portugal no século XX”, sob a orientação dos arquitetos José Manuel Fernandes e Nuno Teotónio Pereira, trabalho distinguido pela FAUL com o Prémio Professor Manuel Tainha, correspondente à melhor tese de Doutoramento em Arquitectura nos anos 2013-2014. É conferencista e autor de diversos artigos na área da arquitectura religiosa. Tem organizado, desde 2010, encontros e exposições de arquitectura e de arquitectura religiosa. É membro da equipa de arquitectura do Secretariado Nacional da Pastoral da Cultura e investigador do Centro de Estudos de História Religiosa, da Universidade Católica Portuguesa.

“Na terra portuguesa as casas de Deus estão na sua casa”: a participação do Estado na produção de arquitectura religiosa 1940-1970

Partindo do título escolhido para a secção “Igrejas e Seminários” presente na Exposição dos 15 anos de Obras Públicas (Lisboa, 1948) procura a presente comunicação retratar os percursos da arquitectura religiosa em Portugal entre as décadas de 1940 e 1970, dando especial destaque às obras participadas pelo Estado Novo neste período. Em 1940, a assinatura da Concordata com a Santa Sé foi reveladora da cumplicidade Estado-Igreja, confirmada um mês depois na Exposição do Mundo Português, onde se celebrou a história de Portugal e o programa do Estado Novo, com múltiplas referências à identidade e cultura cristã. O imaginário nacional intensamente difundido a partir daquele momento influenciou a produção da arquitectura religiosa daquela década, conforme atestaram os projectos apresentados na exposição de 1948. A crítica e a pesquisa de novos modelos e programas, liderada a partir de 1953 pelo Movimento de Renovação da Arte Religiosa, depressa foram acolhidas pela Igreja Católica, mas também pelo Estado. A selecção de obras apresentadas em 1956 na celebração dos 30 anos do SNI espelham a aceitação e divulgação de novas correntes. As listagens anuais das novas construções religiosas apoiadas pelo Ministério das Obras Públicas testemunham igualmente a afirmação da modernidade na encomenda religiosa, dispersa no território nacional até ao início da década de 1970.

Ana Vaz Milheiro

É Professora Auxiliar, com agregação, na Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa e investigadora do DINÂMIA’CET-IUL. É

licenciada (1991) e mestre (1998) em Arquitectura, pela Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa. Doutorou-se em Arquitectura pela Universidade de São Paulo, Brasil (2004), com uma dissertação sobre a relação entre a cultura arquitectónica portuguesa e a brasileira, publicada em 2005 sob o título *A Construção do Brasil – Relações com a Cultura Arquitectónica Portuguesa* (Porto: FAUP Publicações). É autora de *A Minha Casa é um Avião* (Lisboa: Relógio d'Água, 2007), *Guiné-Bissau, 2011* (Porto: Circo de Ideias – Associação Cultural, DG-Artes, 2012), *Nos Trópicos sem Le Corbusier, arquitectura luso-africana no Estado Novo* (Lisboa: Relógio d'Água, 2012), premiado pela AICA/Fundação Carmona e Costa na categoria de Crítica e Ensaística de Arte e Arquitectura, e *Arquitecturas Coloniais Africanas no fim do “Império Português”* (Lisboa: Relógio d'Água, 2017), resultado das provas de agregação. Crítica de Arquitectura no *Jornal Público* desde 1995, foi também directora adjunta do *JA – Jornal Arquitectos* (2000-2004 e 2009-2012). Investigadora Principal de quatro projectos de investigação sobre arquitectura e planeamento urbano em Portugal, Macau, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Cabo Verde, financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, encontrando-se actualmente a desenvolver o projecto “Coast to Coast – Desenvolvimento infraestrutural tardio na antiga África continental portuguesa (Angola e Moçambique): Análise histórico-crítica e avaliação pós-colonial” (PTDC/ATPAQI/0742/2014). Foi Investigadora Visitante na Universidade de Ghent (2015-2016) e na Universidade de São Paulo (2018), na última com apoio da FAPESP.

Obras públicas e infraestruturação do território colonial português

A modernização do processo de colonização dos territórios portugueses na África Austral de Angola e Moçambique na sua fase inicial esteve directamente relacionada com a implementação de infraestruturas de transportes que assegurassem a mobilidade das populações colonizadoras. Os procedimentos então seguidos tinham como principal objectivo garantir a sobrevivência e segurança das futuras comunidades de colonos oriundos da Europa. A historiografia da colonização portuguesa em África tem defendido que, até ao último quartel de Oitocentos, a presença efectiva da administração portuguesa tinha estado confinada, no litoral, a alguns núcleos urbanos, e no sertão, a pólos religiosos (missões católicas e outras) e militares (guarnições de tropas com poucos efectivos) associados a entrepostos comerciais. Um processo mais estruturado de colonização deu-se, portanto, na sequência da conferência de Berlim (1884-85), acontecimento político em que Portugal foi um dos países europeus envolvidos e directamente interessado. A definição da ocupação colonial através da implementação de uma rede moderna de

comunicações apoiou-se em factores genéricos: 1) a existência de rotas pré-coloniais que garantiam já as trocas comerciais entre os povos africanos e as populações europeizadas sediadas nas regiões litorais; 2) um conhecimento mais científico e credível (então em construção) das potencialidades regionais na produção de matérias primas interessantes ao comércio internacional que viria a influenciar alguns dos traçados; 3) interesses militares que garantissem uma efectiva ocupação física do território por parte dos colonos portugueses. A instalação destas infraestruturas viárias por parte dos diferentes serviços de Obras Públicas seguiu idênticas metodologias aplicadas em outros territórios igualmente colonizados. O trabalho pioneiro de Peter Scriver (1994) permitiu compreender o *modus operandis* da maioria destes organismos coloniais. Um esforço na racionalização dos meios disponíveis e aplicados, assim como o recurso generalizado a elementos e procedimentos estandardizados conduziu a práticas normalizadas que garantiram a homogeneização e caracterização da paisagem colonial em oposição a outras paisagens construídas pelo homem a partir de Oitocentos, não obstante a presença em todas elas de veículos mecanizados: o navio, a locomotiva, o *camion*. Angola e Moçambique não iriam escapar a esta generalização, perante inclusive a presença de capitais económicos e meios técnicos e humanos internacionais na primeira fase da implementação de infraestruturas de transportes. Completando esta paisagem mais mecanizada surgiriam o bungalow, os apeadeiros e outras construções de carácter utilitário, residencial ou assistencial que acompanhavam a construção destes empreendimentos. Uma elite técnica (sempre em número deficiente), compunha a cúpula das brigadas de estudo, construção e fiscalização que operavam no terreno com relativa autonomia e capacidade de iniciativa. O seu desempenho serviria muitas vezes como objecto de propaganda pela agência de divulgação do Estado Novo. Procura-se aqui demonstrar alguns dos papéis que os novos sistemas de transporte tiveram na ocupação do território, começar a avançar sobre a posição portuguesa no quadro das restantes potências coloniais da África Austral, enfatizar a presença de um quadro técnico de profissionais ligados ao estado colonial comprometidos com a infraestruturação do território (planificação, construção e fiscalização) e finalmente terminar com algumas questões que ajudem no desenvolvimento da investigação que está actualmente a decorrer.

Moderadores

Luís Reis Torgal

Nascido em 1942 em Coimbra, é professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade da Universidade de Coimbra e fundador do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da mesma Universidade (CEIS20),

de que foi o primeiro coordenador científico. Investigador e professor na área de História Contemporânea, depois de ter trabalhado sobre a Época Moderna, área em que se doutorou em 1978 com uma tese sobre as ideias políticas da Restauração (publicação em 1981-82), foi convidado por várias universidades e centros de investigação, onde proferiu conferências e leccionou cursos. Foi consultor de várias revistas científicas e director da *Revista de História das Ideias* e de *Estudos do Século XX*. Tendo iniciado o estudo do Estado Novo nos anos 80, publicou em 1999 o livro *A Universidade e o Estado Novo*. A sua obra de referência intitula-se *Estados Novos, Estado Novo*, publicada em duas edições (ambas em 2009). Foi ainda responsável pelas seguintes obras sobre o tema: *Marcello Caetano, Marcelismo e «Estado Social»* (2013); e *Candidatos da Oposição à Assembleia Nacional do Estado Novo (1945-1973). Um Dicionário* (2009) e *Oposição e eleições no Estado Novo* (2012), coordenação com autoria de Mário Matos e Lemos. Embora não se dedicando especificamente às artes no tempo do Estado Novo, além de ter coordenado e ter sido co-autor da obra *O Cinema sob o olhar de Salazar* (última edição: 2011), foi responsável, em certa medida, pela descoberta da documentação da “Comissão Administrativa das Obras para a Cidade Universitária de Coimbra” (CAPOCUC) e, com o Professor Manuel Augusto Rodrigues, pela sua transferência para o Arquivo da Universidade de Coimbra, cujo catálogo foi executado sob a direcção da Dr.^a Ana Maria Bandeira. Daí a razão de ter sido co-orientador, com o Professor Arquitecto Alexandre Alves Costa, da tese de doutoramento de Nuno Rosmaninho, “O Poder da Arte. O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra”, publicada em 2006. Além de vários estudos sobre cinema e sobre literatura no Estado Novo, apresentou num colóquio realizado na Universidade de Aveiro, integrado nos encontros da REFAT, rede de estudos sobre os Estados autoritários, a comunicação “Estéticas para um sistema político? Das artes plásticas ao cinema e à literatura no Estado Novo”, que aguarda publicação nas respectivas actas.

Sergio Fernandez

Nasce no Porto, em 1937. Arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto, em 1965. Professor Emérito, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Autor de “Percurso – Arquitectura Portuguesa, 1930/1974”. Orienta Seminários e dá aulas na Holanda, União Soviética, Brasil, Angola, Panamá, Colômbia. Participa no Forum do Feísmo I e II, em Ourense, Espanha, em 2005 e 2007, nos Debates de Arquitectura, Universidade de Sevilla, 2012, no Colóquio Internacional “Desenho+Projeto – diálogo entre Porto e S. Paulo”, no Campus da USP de S. Carlos, 2013, na 15th Conference – International Planning History Society, S. Paulo, 2014, e no IX Seminário Internacional – Habitação, Escola da Cidade, S.

Paulo, 2014. Conferências: Escuela de Arquitectura de la Universidad de S. Buenaventura, Cali, Colômbia, 2014, Royal Scottish Academy, Edimburgo, e Glasgow School of Art, em 2014 e Fundação Marques da Silva “Távora, Desenho de Viagem, Desenho Objeto”, Porto, 2016. Artigos e obras publicados. Entre outros em *Architectures à Porto*, *Tendenze dell’Architettura Contemporanea*, Casabella, Lotus International, Wonen Tabk e Electa, Deutsches Arcitektur Museum, Frankfurt, *Jornal Expresso*, *Revista Monumentos* e *Boletim da Universidade do Porto*. Trabalha em co-autoria com Alexandre Alves Costa. Destaca os projectos: Valorização de Idanha-a-Velha, 1995/2011, Requalificação da Baixa Portuense, 2000, Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra, 2002, Teatro Constantino Nery, Matosinhos, 2003, Mosteiro de Santa Maria de Seça, 2017. Prémios AICA 2008 e Diogo de Castilho 2009, Prémio Europa-Nostra, 2010. Medalha de Ouro da Cidade de Vila Nova de Gaia.

Alexandre Alves Costa

Estágio no Laboratório de Engenharia Civil, com Nuno Portas. Arquitecto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto em 1966. Professor Catedrático Emérito da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. Lecionou no Departamento de Arquitectura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Foi Diretor do Programa de Doutoramento em Arquitectura da FAUP. Abordando temas relacionados com o ensino ou crítica e história da arquitetura, tem participado em cursos, seminários ou mesas redondas e proferido conferências em Portugal e no estrangeiro. Tem bibliografia publicada, sobretudo em revistas da especialidade portuguesas e estrangeiras, parcialmente recolhida em três volumes: *Introdução ao Estudo da História da Arquitectura Portuguesa e Outros Textos*, FAUP publicações, 2ª edição, Porto, 2007; *Candidatura ao Prémio Jean Tschumi, Ordem dos Arquitectos*, Lisboa, 2005; *Textos Datados, e|d|arq*, Coimbra, 2007. Membro do Conselho Editorial da Revista “Monumentos” iniciada na Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, agora Direcção Geral do Património Arquitectónico. Exerce a profissão liberal, em co-autoria com Sérgio Fernandez, desde 1970, com obra construída, quase totalmente publicada. Agraciado com o grau de Grande-Oficial da Ordem Militar de Santiago da Espada por Sua Excelência o Presidente da República Dr. Jorge Sampaio. Sócio Honorário da Ordem dos Arquitectos e da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa.

José António Bandeirinha

Coimbra, 1958. É arquitecto pela Escola Superior de Belas-Artes do Porto (1983). Exerce profissionalmente e é Professor Catedrático e director do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra, onde se doutorou em 2002 com uma dissertação intitulada *O Processo*

SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974. É investigador do Centro de Estudos Sociais e Director do Departamento de Arquitectura da Universidade de Coimbra (2002-2004; 2006-2007 e 2017-...). Foi Pró-Reitor para a Cultura da Universidade de Coimbra (2007 a 2011). Foi Director do Colégio das Artes da Universidade de Coimbra (2011-2013). Foi Comissário da Exposição *Fernando Távora Modernidade Permanente*, cujo coordenador foi Álvaro Siza, integrada em Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012. Foi Consultor Científico da Exposição *O Processo SAAL Arquitectura e Participação 1974-1976*, comissariada por Delfim Sardo e organizada pelo Museu de Arte Contemporânea de Serralves em colaboração com o Canadian Centre for Architecture, Montréal, Canadá. (2014-2015).

Imagem da capa: *Castelo e Fortaleza de Palmela: Vistoria às obras, 1972.*
Fonte: SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (ref.ª: FOTO.00515422).

